

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
O MARXISMO
E VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PADRÃO

Érica Portas do Nascimento (UERJ)

portasrj@hotmail.com

Juliana Campos Azevedo (UERJ)

campos.azevedo@yahoo.com

Tássia Simões (UNESA)

RESUMO

A fim de que se entenda a importância social do aprendizado da variedade formal da língua, tão discutido de forma equivocada, esta pesquisa pretende mostrar que, sob a perspectiva marxista, o aprendizado dessa variedade faz parte da universalização dos saberes, a qual concede ao ser humano a capacidade de desfrutar as produções materiais e intelectuais de todo o planeta, permitindo, assim, a libertação de cada indivíduo das barreiras impostas pelos sistemas vigentes, e, portanto, humanizando-o, uma vez que esse passa a se apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos. Contudo, alguns linguistas, descontextualizando a teoria marxista, defendem a privatização dos saberes, a qual retira do homem a possibilidade de humanização, porquanto o priva não só da “riqueza” material, como também da riqueza intelectual. Dessa forma, este artigo parte da hipótese de que haveria, em algumas teorias linguísticas atualmente difundidas, a intenção ideológica de manter a manutenção das classes por meio de discursos críticos ao ensino da variedade formal culta da língua e, assim, este trabalho sugere que faça uma reflexão acerca do que está sendo proposto sobre o que se denomina “hegemonia do padrão culto da língua”, dado que a responsabilidade da escola é possibilitar ao discente o acesso às mais variadas ferramentas do conhecimento, as quais o permitem interagir com os diversos contextos situacionais existentes.

Palavras-chave: Marxismo. Ensino. Descontextualização.

1. Introdução

Sabe-se – e isso é frequentemente analisado por todos quando tomam a iniciativa de abordar o processo educativo a partir dos escritos de Karl Marx – que o fundador da filosofia da práxis não se ocupou direta e especificamente da elaboração teórica no campo da educação, contudo são notáveis as contribuições marxistas no contexto educacional.

Segundo Karl Marx, a educação desempenha um papel fundamental na mediação entre o indivíduo humano e o gênero humano, na transmissão da cultura humana. As condensações teóricas e práticas acumuladas historicamente pelo gênero humano, necessárias ao processo

de desenvolvimento, são transmitidas aos indivíduos através da educação:

A libertação de cada indivíduo singular será alcançada na medida que a história seja totalmente transformada em história mundial. A riqueza real do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas conexões reais. Apenas isso libertará os indivíduos das barreiras nacionais e locais, os trará para a conexão prática com a produção (inclusive a produção intelectual) de todo o mundo e tornará possível a eles a aquisição da capacidade de desfrutar dessa multilateral produção de todo o planeta (as criações do homem). (MARX, 1998, p. 59)

A educação, nesse sentido, pode servir como instrumento ideal para a superação da sociedade capitalista à medida que os indivíduos tenham acesso aos saberes universais e apropriem-se dele. Karl Marx, no programa de unificação dos dois partidos operários Alemães, observou que: "Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais, como suas próprias relações comunais são, portanto, também subordinadas ao seu próprio controle comunal, não são produto da natureza, mas sim da história". (MARX, 1987a, p. 90)

Portanto, pode-se dizer que o trabalho educativo só alcança sua intencionalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, ou seja, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, isto é, necessários à sua humanização. Para Karl Marx, a construção histórica da liberdade humana é a construção de uma sociedade na qual os homens controlem as relações sociais ao invés de serem por elas dominados como se fossem forças naturais superiores à vontade humana. Nesse sentido, a história era, para Karl Marx, um processo de superação da naturalidade das relações sociais alienadas: "Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais enquanto relações próprias e coletivas estão submetidas a seu próprio controle coletivo, não são um produto da natureza, mas sim da história". (MARX, 1987a, p. 89)

Por conseguinte, a importância da transmissão, pelo processo educativo, dos conhecimentos mais desenvolvidos que já tenham sido produzidos pela humanidade é decisiva, isto é, o papel da educação é difundir a universalização dos saberes acumulados pelo trabalho humano, ou seja, transmitir cultura. E é através da universalização da cultura que ocorre a possibilidade de libertação humana.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

A priori, as condições nas quais os seres humanos trabalham, bem como as próprias relações sociais em que consistem a divisão social do trabalho e a apropriação dos produtos do trabalho, são tomadas pelos indivíduos como algo imutável, natural e integrante da própria vida. Tal atitude prevalece, segundo Karl Marx, durante toda a história humana marcada pela propriedade privada. A superação dessa atitude somente seria possível por meio da superação da propriedade privada, isto é, da sociedade capitalista. É nesse sentido que, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Karl Marx (1978) afirma que a socialização da riqueza – material, intelectual – também implica a possibilidade de mudança nas relações entre os indivíduos e as forças essenciais humanas objetivamente existentes na sociedade:

Como vimos, o homem só não se perde em seu objeto quando este se configurar como objeto humano ou homem objetivado. E isso somente será possível quando se lhe configurar como objeto social e quanto ele mesmo se configurar como ser social, assim como a sociedade se configurará nesse objeto como ser para ele. (MARX, 1978, p. 11-12)

Portanto, se a humanização é resultado da construção social dessa cultura, entendida como o processo histórico de objetivação do gênero humano, e da apropriação das obras e dos fenômenos culturais pelos indivíduos, então a emancipação da humanidade deverá ocorrer como transformação da apropriação dessa cultura e, por consequência, transformação também da objetivação tanto do gênero humano quanto de cada indivíduo.

2. *A ótica marxista e o ensino da variedade formal culta da língua*

Diante do exposto, esta pesquisa propõe, à luz da perspectiva marxista, um novo olhar acerca do tão desgastado assunto “preconceito linguístico”. Assim, considerando a linguagem por uma espécie de garantia de liberdade do indivíduo, dado que ela é responsável pela interação entre o homem e o mundo, este artigo concebe o aprendizado da língua culta formal como um dos veículos da humanização, conceito definido por Karl Marx, cuja realização resulta da apropriação de bens historicamente produzidos. Esse apossamento é responsável pela socialização do indivíduo, que passa, diante de tal, a ter acesso aos bens que o mundo lhe pode oferecer. Dessa forma, em uma abordagem marxista, é indispensável que todo indivíduo tenha acesso aos variados conhecimentos, resultante da Universalização dos saberes, difundida por Karl Marx.

Esse processo se opõe à privatização de saberes, a qual, como sustentáculo da sociedade capitalista, preconiza a disseminação de conhecimentos pragmáticos e imediatos, porquanto o capitalismo prioriza a escola como reduto gerador de mão de obra trabalhista.

Atualmente, muito se tem discutido acerca do tema “preconceito linguístico”, o que gerou uma divergência de opiniões sobre o assunto; no entanto, entrou-se, quase em um consenso, que a aprendizagem de uma língua formal culta feriria a cultura linguística das classes sociais menos favorecidas, já que uma variante da língua não pode ser considerada melhor do que outra (e não o é).

O sociólogo Nildo Silva Viana, por exemplo, defende que a relação entre educação e linguagem é extremamente complexa e que dela seria consequência o preconceito linguístico, dado que, para ele, a educação escolar se torna o veículo da reprodução da linguagem especializada e da língua-padrão, em contraposição à linguagem considerada “popular” e, assim, Nildo Silva Viana propõe que a reforma da língua-padrão deve ser dotada de maior flexibilidade, englobando a linguagem coloquial, o que, segundo o autor, seria uma forma de corroer o preconceito linguístico.

Diante de tais concepções, faz-se necessário reconhecer que, obviamente, pensar a língua padrão culta como modelo único reproduz as relações sociais consolidadas na dominação e desigualdade; todavia, o papel da escola, conforme Dermeval Saviani, não é o de reiterar o cotidiano e sim revelar os aspectos essenciais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram sob a nossa percepção imediata:

O papel da escola não é o de mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram sob a nossa percepção imediata. (SAVIANI, 1983)

Assim, ao se olhar o ensino da língua culta formal como instrumento de repressão, retira-se do oprimido a possibilidade de se romper com a lógica burguesa da privatização de saberes, representada pelo discurso da adaptação.

Discurso esse que é o responsável pela reprodução das relações sociais fundamentadas na dominação e na desigualdade, já que o conhecimento da gramática normativa passa, então, a ser restrito à classe dominante. Dessa forma, pode-se ver que o preconceito linguístico se apresenta, na verdade, sob duas faces de uma mesma moeda: reconhecer

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

a língua formal culta como modelo único representa um lado da moeda e negar ao indivíduo o acesso ao seu conhecimento representa o outro lado dessa, porquanto se retira do aluno o seu direito de humanizar-se a cada vez mais:

Na escola antiga, o professor cometia o erro de entender como a língua aquela modalidade culta — literária ou não — refletida no código escrito ou na prática oral que lhe seguia o modelo, de todo repudiando aquele saber linguístico aprendido em casa, intuitivamente, transmitido de pais a filhos. Hoje, por um exagero de interpretação de “liberdade” e por um equívoco em supor que uma língua ou uma modalidade é “imposta” ao homem, chega-se ao abuso inverso de repudiar qualquer outra língua funcional, que não seja aquela coloquial, de uso espontâneo na comunicação cotidiana. (BECHARA, 1998, p. 14)

Logicamente, é inegável que o indivíduo é julgado por seus padrões linguísticos e que o preconceito linguístico desse julgamento se origina; contudo, faz-se necessário compreender que os atuais discursos sobre a temática apenas reproduzem, em seu cerne, mascaradamente políticas capitalistas, as quais sustentam a manutenção de classes, tão necessária ao sistema capitalista.

Nesses discursos, há uma descontextualização da teoria marxista, dado que essa abordagem não propõe que adaptemos ou privatizemos os saberes, nem tão pouco que destruamos os bens produzidos pelo capitalismo, mas que façamos usos desses para derrubar o capital. Por conseguinte, considerando a língua formal culta como “a língua daqueles que detêm o poder econômico, social e político”, não se deve propagar adaptação linguística, mas apropriar-se da linguagem culta formal como um veículo para o processo de humanização do homem, que colabora com desenvolvimento da cultura integral do educando através da exploração do potencial idiomático do indivíduo.

3. *Discurso de reprodução*

Muito se discute sobre o que se deve ou não ensinar nas aulas de língua portuguesa, se a prioridade deve ser a língua padrão ou se a língua coloquial. A partir de tal questionamento, costuma-se chegar à conclusão de que basta que o aluno tenha acesso aos gêneros textuais mais difundidos socialmente para que o mesmo se comunique e se expresse bem nas formas oral e escrita.

Contudo, acredita-se que seja necessário irmos além do ensino superficial da língua de modo que o aluno tenha acesso, principalmente,

aos textos escritos na língua padrão já que estes não fazem parte da realidade da maioria da população, a qual é composta pelas pessoas das classes menos favorecidas.

Ricardo Stavola Cavaliere (2014) expõe uma crença sobre o ensino de português na escola básica que circula nos meios universitários, a qual diz respeito sobre as competências de leitura e escrita. Segundo o autor, o professor de língua materna no ensino básico brasileiro tem dirigido sua atenção para que o aluno tenha conhecimento de leitura e escrita.

Apesar de ser o que se espera de um aluno, para Ricardo Cavaliere, isso não é o bastante. Para além das habilidades supracitadas, o experiente professor universitário e pesquisador da língua compartilha da ideia de que:

Esta tese, entretanto, não convence os que atribuem à aula o objetivo de também conferir ao educando um saber científico sobre a língua, ou seja, um saber sobre seu funcionamento, seus mecanismos de articulação frasal, seu sistema de sons e sua variação no corpo da sociedade. Esse é, com efeito, um dos propósitos da aula de Português, uma dose a mais que se oferece ao aluno em sua formação humanística. (CAVALIERE, 2014)

O argumento de Ricardo Cavaliere vai ao encontro dos ideais marxistas uma vez que prega o ensino humanístico e se afasta da ideologia elitista que segrega não apenas a sociedade conforme seus bens materiais como também os bens culturais.

A partir do surgimento do capitalismo e da classe burguesa e esta apropriar-se das obras literárias de referência de seu tempo, a língua tornou-se mais um símbolo de prestígio diante da sociedade e o proletariado se manteve à margem dela por também não fazer parte da comunidade de falantes mais abastados. Sendo assim, o domínio da “boa” linguagem passou a ser um veículo de segmentação de classes na qual a língua culta reforça o *status* privilegiado de uma pequena parcela da sociedade enquanto a maioria continua sendo excluída.

Diante do cenário de prestígio e desprestígio linguístico, amparado pela sociedade capitalista, surge o preconceito linguístico e a língua passa então a funcionar a partir de duas perspectivas muito distintas: um veículo de libertação do indivíduo das amarras que a sociedade o impõe ou um veículo de manutenção entre classes.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Considerando a língua como um veículo de ideologia (FIORIN, 1998), acredita-se que a escola deva levar o aluno a diversas ideologias e não apenas uma. O professor Evanildo Bechara afirma que:

Recebendo o aluno já possuidor de um saber linguístico prévio limitado à oralidade, a escola não o leva a desenvolver esse potencial – enriquecendo a sua expressão oral e permitindo-lhe criar, paralelamente, as condições necessárias para uma tradução cabal, efetiva e eficiente, expressiva e coerente (falando ou escrevendo) de suas ideias, pensamentos e emoções. (BECHARA, 1998, p. 15)

Ainda segundo Evanildo Bechara, o papel da escola é oferecer ao aluno acesso aos mais variados tipos de texto, sobretudo os textos mais formais, já que o aluno chega à escola com “um saber linguístico prévio limitado à oralidade” (BECHARA, 1998, p. 5) conforme tendências do pós-guerra ocasionando o “desprestígio da tradição escrita culta”. (BECHARA, 1998, p. 6)

Há sempre que se levar em consideração o saber linguístico prévio do aluno, “mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio”. (BECHARA, 1998, p. 12)

À luz dos ideais marxistas, acredita-se que todos têm direito a ter acesso aos mais variados tipos de cultura disponíveis socialmente e ser como o expoente da filologia brasileira, Evanildo Bechara, prega “políglotas da própria língua”.

Posições extremadas são sempre muito perigosas e até danosas. No ensino de língua acreditava-se, tempos atrás, que a única modalidade de língua merecedora de prestígio era a culta, hoje o cenário é outro e privilegia-se a modalidade coloquial.

Em ambas as atitudes há realmente opressão, na medida em que não se dá ao falante a liberdade de escolher, para cada ocasião do intercâmbio social, a modalidade que melhor sirva à—mensagem, ao seu discurso. [...] Assim sendo, haverá opressão em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.

Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica. (BECHARA, 1998, p. 14)

Em "Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno", Helênio Fonseca de Oliveira (1999) trata de maneira didática sobre o assunto e também critica os extremos. Para ele, há sim uma tendência maior em utilizar uma linguagem mais formal na modalidade escrita e informal na oral, no entanto espera-se que, tanto na fala quanto na escrita, em circunstâncias formais, seja empregada a língua-padrão (formal culta), ao passo que em situações informais espera-se o uso da variedade informal da língua.

Recomenda ainda que o professor dê prioridade á língua-padrão, mas não desrespeite a língua que o aluno já domina antes de ingressar na escola. O objetivo é que o número de textos formais seja maior que os informais para que o aluno tenha mais contato com o vocabulário e construções típicas do registro formal uma vez que os textos informais já fazem parte, geralmente, do dia a dia deles.

Sendo assim, ao ter acesso e conhecimento de uso profundos da língua cada um pode decidir em quais momentos utilizar um tipo de linguagem, seja falada ou escrita, conforme o contexto de formalidade ou informalidade, mas nunca deixar de usar uma ou outra por falta de conhecimento.

Para Helênio Fonseca de Oliveira, erro de linguagem está empregado no sentido em que há comprometimento com a eficiência da comunicação. Os hábitos linguísticos corretos devem ser cultivados pelo professor, ao passo que os incorretos devem ser corrigidos. O que estaria correto conforme a tradição escolar poderia estar inadequado em determinada situação comunicativa, em uma situação mais informal.

A discriminação existe e é preciso aceitar este fato para que possamos tratá-lo, não adianta negar, isso apenas agravaria o problema em vez de solucioná-lo. "É preciso criar, por meio da escola e da mídia, uma política de humanização das atitudes coletivas em relação à variação linguística" (OLIVEIRA, 2012, p. 2). O problema do erro não está no fato de ele existir ou não porque sua existência faz parte de qualquer aprendizado, mas sim em como lidar com ele, ou seja, não é linguístico ou sociolinguístico e sim pedagógico.

Portanto, algumas teorias linguísticas ao deixarem de ensinar a modalidade padrão da língua nas escolas por "acreditarem" que haveria opressão do dominante sobre o dominado, estão na verdade reproduzindo

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

um discurso mais opressor do que libertador. Liberdade é para Karl Marx o indivíduo ter acesso a todas as produções disponíveis na sociedade e não a privatização de qualquer que seja o conhecimento ou bem.

4. *Considerações finais*

Diante do exposto, conclui-se que negar ao aluno o conhecimento da língua culta formal, tão quanto repudiar as demais variantes linguísticas, corrobora a segregação de classes, já que o conhecimento da gramática normativa passa, então, a ser restrito à classe dominante. Assim, linguistas e sociólogos devem refletir acerca do que se propaga sobre o preconceito linguístico, porquanto, em uma análise acentuada da teoria marxista, percebe-se que a negação da língua culta padrão ao indivíduo, além de censurar o papel socializador da escola, reproduz, com veemência, o discurso capitalista, que se fundamenta na concepção de que o mundo é uma engrenagem e que cada homem desempenha seu papel social, isto é, no discurso da adaptação que se opõe ao discurso da transformação, difundido por Karl Marx.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1998.

CAVALIERE, Ricardo. *Ensinando português*. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2014-12-27/ricardo-cavaliere-ensinando-portugues.html>>. Acesso em: 15-07-2016.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ética, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O capital: crítica da economia política*, vol. I. Livro Primeiro: "O Processo de Produção do Capital", tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 15. ed. México: Siglo Veintiuno, vol. 1, 1987.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar et al. (Orgs.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Português em debate. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 65-82.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Por uma política humanizadora de prescrição. GT 9 – X FELIN – UERJ, 2012.

_____. *Escola e democracia*, 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007b.